

O ensino da língua nacional no século XIX e a constituição da gramatização brasileira: a produção de Antonio Alvares Pereira Coruja

Juciele Pereira Dias^a

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender como, pelas diferentes posições sujeito tomadas pelo autor da Grammatica da Língua Nacional, Antonio Alvares Pereira Coruja, inscrevem-se os sentidos sobre a língua nacional e o seu ensino, em meio a disputas e tensões, no processo de produção do conhecimento e das políticas de línguas. Filiado à Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1975, 1982; ORLANDI, 1998, 2002; MARIANI, 2003, 2004), o trabalho traz contribuições para as pesquisas em história das ideias linguísticas no Brasil, voltadas para a temática da constituição da gramatização brasileira no século XIX, base da relação Língua-Estado-Nação brasileira.

Palavras-chave: discurso; língua; posição sujeito; gramática; Coruja.

Recebido em: 20/11/2018

Aceito em: 09/03/2019

^a Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Ao lado de Élcio Fragoso lidera o Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua (GPeCHeLi/CNPq). E-mail: jucieledias@gmail.com.

*E pelos pátrios ares deslizando,
Que sublimes visões nos vais pintando!*
(Gonçalves de Magalhães, 1836)

Considerações iniciais

A história do processo de produção do conhecimento sobre a língua do/no Brasil e das formas de institucionalização desse conhecimento para o ensino dessa língua no século XIX é a questão que circunscreve os estudos sobre a constituição da língua nacional do Brasil e sua gramatização pela obra do professor público, político, gramático, filólogo Antonio Alvares Pereira Coruja (1806-1891). Filiados à Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1975, 1982; ORLANDI, 2002, 2012; MARIANI, 2003, 2004), consideramos (a história d) o conhecimento linguístico como discurso e, sobretudo, um discurso em análise, em que teoria, método, procedimentos analíticos e objeto são inseparáveis, devendo ter entre si uma relação de consistência nas pesquisas em História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL).

A história, nessa perspectiva, conforme Orlandi (2008), não é cronológica ou cristalizada em um momento do passado, mas organiza-se por práticas, relações de poder (política) e de sentidos que se inscrevem no discurso. Segundo Mariani (2003, p. 2), a história é como “um lugar contraditório em que se materializam os equívocos, pontos que afetam a univocidade linguística do sujeito, levando o sujeito ao encontro com o real histórico”. Os sentidos e o sujeito são divididos, constitutivos da história do conhecimento, marcada por lacunas, tensões, injunções e apagamentos em que a teoria nos dá suporte para compreender o processo de produção de sentidos na sociedade, na história. Desse modo, conforme Fonseca (2012, p. 49), “quando dizemos ‘história’ temos presentes pressões de diferentes regiões e temporalidades do fazer histórico, que atuam para engessá-la e para destravá-la, para dizê-la e para fazê-la de um mesmo modo e de outro modo”. É, assim, responsabilidade nossa, ética e política, interpretar esses diferentes modos do fazer histórico e seus efeitos (de mesmo e de diferente) nas relações sociais, inscritos por um batimento entre a memória e a atualidade.

Nosso objetivo é o de compreender a constituição da língua nacional e sua gramatização no século XIX produzidas por diferentes posições discursivas do autor Antonio Alvares Pereira Coruja, as quais se inscrevem na história do conhecimento linguístico brasileiro. No Brasil, a questão da constituição do Estado e da Nação dá-se pela língua, todavia não necessariamente a constituição Estado-Nação é concomitante. De acordo com Orlandi (2001, p. 13), “temos elementos para falar em formação da língua nacional antes mesmo que o Estado brasileiro já esteja constituído com todas as letras”, porém, neste trabalho, propomos uma análise do processo de constituição da língua nacional como língua oficial, legitimada como língua do Brasil, na/pela qual se institui o Estado-Nação independente de Portugal. Nem língua portuguesa, nem língua brasileira, mas língua nacional é a denominação oficial trazida nos primeiros documentos instituídos após a independência do Brasil. É uma questão de língua nacional que se coloca. Dessa forma, primeiramente, buscaremos descrever as condições sócio-históricas das formas como Coruja é colocado na posição sujeito autor. Trabalharemos esse primeiro momento sobre sentidos que demandam interpretação em relação às políticas públicas voltadas ao ensino escolar no período do Império Brasileiro (1822-1889). Em um segundo momento, analisaremos a maneira como esse sujeito autor é designado, em diferentes posições sujeito no espaço temporal atribuído à sua produção. Trabalhamos, assim, com a fluidez da língua, com palavras que “falam” com palavras, umas se reportando a outras, puxando-as ou mesmo as colocando em seu lugar. Isso se constitui em um processo analítico que é determinante da incompletude da análise enquanto escrita de um trabalho científico.

1. De uma história de vida a uma história das ideias linguísticas

A produção do conhecimento sobre a língua atribuída ao autor Antonio Alvares Pereira Coruja é um processo em que a contradição é constitutiva e toma forma por equívocos na dispersão dos discursos sobre esse processo na história. O discurso, de acordo com Pêcheux ([1969] 2010), é efeito de sentidos entre diferentes pontos, lugares pelos quais o sujeito enuncia em uma determinada posição, tendo a língua como

base material. É na e pela língua que o sujeito enuncia e é enunciado em diferentes posições sujeito como a de sujeito filho, sujeito aluno, sujeito professor, sujeito político, sujeito gramático, sujeito bancário, sujeito pai, entre outras. No discurso em funcionamento, na tensão entre o autor e o leitor, temos uma deriva de sentidos, divididos em relação às formações imaginárias, ou seja, as imagens que esses sujeitos têm de si (posições sujeito), do outro e do objeto (referente) do qual falam.

Ao tomarmos o conhecimento sobre a língua, na história, como discurso, temos a responsabilidade ética e política do trabalho com a interpretação (PÊCHEUX, [1988] 2008), considerando que o sentido sempre pode ser outro e que o sentido literal é um efeito ideológico, em que uma imagem está produzida como óbvia, uma verdade. Uma maneira possível de se contar a história de Coruja é pela narratividade da sua história de vida. Este trabalho toma a língua como lugar em que as ficções são passíveis de jogos de palavras, de sentidos, podendo se inscreverem por regularidades ou diferentes sentidos na constituição de um nome próprio ou nome do autor em relação ao nome da língua nacional e seu ensino na história.

¹ Jaime Giolo (2006, p. 450) aponta, sobre o contexto rio-grandense de ensino, que “os documentos referentes ao ensino do período imperial falam com frequência ‘aula’, ‘escola’ e ‘colégio’ como sinônimos representando um professor ensinando a um grupo de crianças. Mesmo na instrução secundária, pelo menos na pública, as escolas sempre foram, até o fim do Império, apenas aulas (nas quais um professor lecionava uma determinada disciplina a um grupo de alunos, sem nenhuma integração com outras, mesmo que fossem realizadas sob o mesmo texto)”.

² De acordo com Bastos (2006), Maria Josefa Barreto Pereira Pinto foi uma poetisa, escritora, professora e primeira mulher jornalista na década de 1830 no Rio Grande do Sul. Teria criado uma escola mista em que ensinava latim, geografia e filosofia.

1.1. O próprio de um nome na história: entre o saber e a ficção

O nome próprio e o nome de autor, Antonio Alvares Pereira Coruja, confundem-se nessa narratividade de vida e de produção do conhecimento. Diferentes textos historiográficos descrevem o filho de José Alvares Pereira e Felícia Maria da Silva como nascido em 1806, na cidade de Porto Alegre, onde iniciou seus estudos sobre língua. Estudou as primeiras letras nas aulas¹ primárias públicas de Maria Josefa da Fontoura Pereira Pinto² e de Antônio Ávila, conhecido como “amansa-burros”. Depois passou a estudar latim na aula do Padre Tomé Luís de Souza. Nessas aulas, teve como colega Cândido Batista de Oliveira (futuro Barão Batista), que, em 1816, ao ver Pereira entrar pela primeira vez na sala de aula, com um “fato novo”, teria o saudado com o enunciado: “olhem, parece mesmo uma Coruja” (CORUJA, 1885, p. 89). Em outra leitura possível, Laytano (1981, p. 139) atribui à alcunha (de) Coruja o sentido de se tratar “de fato [de] um menino feio, raquítico, nariz adunco, olhos brilhantes”.

Os sentidos sobre a alcunha de Coruja circulam em diferentes textos, inclusive em narrativas do próprio autor sobre sua história. A alcunha foi oficializada passando a nome próprio do autor enquanto assinatura a partir de 1830, na posição sujeito professor do ensino público rio-grandense. Outra leitura teve espaço na mídia neste último século, no vídeo de uma campanha de comemoração dos 150 anos da Caixa Econômica Federal. Na voz de Glória Pires é contada a história do primeiro cliente da Caixa, fundada em 1861: “[m] esmo naqueles tempos de iluminação precária nas casas, ele não ia para a cama sem uma boa leitura. E dizem que foi esse hábito de ler na rua, sob a luz dos lampiões, que lhe rendeu o curioso apelido: ‘boa noite, seu Coruja’”³. Foi pela posição sujeito pai do comendador Antonio Alvares Pereira Coruja Junior que o também professor público da Corte de Dom Pedro II realizou o primeiro depósito em uma poupança no banco nacional (imperial).

O nome próprio Coruja produz diferentes sentidos na história, por diferentes campos do saber, com funcionamento singular advindo de uma alcunha que passou a nome de família. Em um estudo sobre o funcionamento do nome próprio, Mariani (2014, p. 132) coloca que o nome “porta algum discurso que nos antecede e que nos inscreve em uma escrita, funcionando como uma marca inicial que nos especifica e nos determina com as cores do imaginário de quem nos nomeou”. Sobre o nome de Coruja, de alcunha a sobrenome, a nome de autor inscrito no processo de produção do conhecimento sobre a língua nacional e seu ensino, questionamos: quais são os efeitos de sentido desse nome na história do ensino no Brasil? Na questão não deixamos de trazer à baila a relação com o símbolo dos cursos de licenciatura das universidades brasileiras, de formação de professores nos diferentes campos do saber no contemporâneo.

³ Transcrição do vídeo da campanha *Caixa 150 anos. Uma história escrita por todos os brasileiros*, intitulado *O primeiro cliente*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VS9I15kFHg>. Acesso em 17 jul 2016. Neste vídeo vemos Coruja com uma edição de 1861, do *Compendio de Ortografia da Língua Nacional*, o qual foi dedicado à Sua Majestade, o Sr. Dr. Pedro II.

1.2. Do professor público ao político e a constituição do ensino da língua nacional

Entre os discursos sobre Coruja, segundo Laytano (1981) há o de que ele teve de deixar as aulas para trabalhar como balconista e, naquele período, conheceu o professor Padre Tomé

Luiz de Souza, “que viu em Coruja um seu discípulo, a começar pela atenção que Coruja prestava às conversas interessantes da farmácia e à vontade de ler do rapaz”. (LAYTANO, 1981, p. 139). Dessa relação professor-discípulo ou professor-aluno, passa a se constituir a posição sujeito professor da província rio-grandense em relação às políticas de legitimação do Brasil como uma nação independente de Portugal.

As condições de produção eram as em que a história oficial institui como da Proclamação da Independência no Brasil por Dom Pedro I em 1822, da composição da Assembleia Constituinte de 1823 e, por conseguinte, da elaboração/do decreto da Constituição de 1824, que previa “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. O processo de produção da primeira constituição brasileira desenrolava-se na Assembleia Constituinte, marcada por tensões, divisões de sentidos em relação à forma de organização do Estado: monarquia constitucional, parlamentar, federativa ou república. Em meio a essas tensões, o Imperador Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e decretou a supracitada Constituição. Foi no calor das disputas entre os noventa “cidadãos ilustres” da Assembleia que formações de grupos políticos foram se definindo por tomadas de posições discursivas conservadoras, liberais moderadas e exaltadas (CASTANHA, 2006).

Em sintonia com o processo de legislação do Estado-Nação, segundo Giolo (2006, p. 457), em 1825, o Conselho Geral da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul indicou Antonio Alvares Pereira Coruja para habilitar-se no método de Lancaster no Rio de Janeiro. Os anos de formação do professor Coruja no Rio de Janeiro são também anos de polêmicas no Parlamento do Império Brasileiro sobre o nome da língua e da gramática. Segundo Luiz F. Dias (2001), em 1826, o deputado José Clemente Pereira apresentava uma emenda propondo que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem redigidos em **língua brasileira**. Teria sido em relação àquelas polêmicas que a Lei de 15 de outubro de 1827 foi instituída de modo que se trata de uma data que se inscreveu em nossa memória social como comemoração do dia do professor no Brasil. A seguir o recorte dessa lei:

Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

[...]

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.⁴

A Lei de 1827 constitui-se como um discurso fundador do ensino da língua nacional, produzindo sentidos sobre políticas de educação popular e sobre política de língua, do nome da língua do Brasil. Nomear *Grammatica da Lingua Nacional*, na lei imperial, movimenta sentidos em direção a um imaginário de descolonização do ensino (e) de uma língua no Brasil, mas também sentidos sobre essa *Grammatica* a ser ensinada, ou seja, a gramática da língua do Imperador do Brasil e Príncipe de Portugal, Dom Pedro I, a língua da nobreza, do culto. Trata-se de uma língua instrumentalizada pela Gramática Portuguesa a ser ensinada para se aprender a ler os mandamentos da Santa Madre Igreja (DIAS, 2012), como parte de um processo de “colonização linguística” (MARIANI, 2004) do Brasil. Nesse ensino colonial há um resto que se repete na lei e são produzidos deslocamentos, pois esse ensino da *Grammatica da Língua Nacional* está determinado por sentidos das leituras, bem como sentidos em potencial de serem escritos (atualizados), tanto da constituição do Império quanto da História do Brasil⁵.

No retorno da formação de um ano no Rio de Janeiro (1826-1827), segundo Giolo (2006), Antonio Alvares Pereira Coruja é nomeado professor de primeiras letras e inaugura sua primeira aula pública, que, no início da década de 1830,

⁴ Lei de 15 de outubro de 1827, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 17 jul. 2016. Grifos nossos.

⁵ Em 1873 [1855], Coruja publica *Lições de História do Brasil*, adaptadas à leitura das escolas.

chegou ao número de 140 alunos. Em 1831, o professor Coruja teria fundado o Gabinete de Leitura da Sociedade Continentista, estabelecimento que, segundo Bastos (2006), pertenceria à loja Maçônica Filantropia e Liberdade. Em relação a esse Gabinete de Leitura, temos um discurso produzido por Coruja na posição sujeito “redator do Jornal Compilador de Porto Alegre (1831), jornal maçônico que defendia ideias liberais” (BASTOS, 2006, p. 8).

O ensino nacional vinha sendo legislado pela Constituição de 1824 e pela Lei de 1827, porém, com a dissolução da Assembleia Constituinte, em meio à efervescência política, à divisão de sentidos, às tensões, Dom Pedro I abdica do trono em 1831. No período regencial, as tensões constituem-se em outros lugares, também marcados por diferentes posições discursivas em relação ao Império; e, em 1834, como uma tentativa de pacificação, foi instituído um Ato Imperial que estabelecia a criação de Assembleias Legislativas nas províncias.

A novidade, naquele momento, segundo Xavier (2008), foi vista com entusiasmo pelos liberais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pois o vislumbre de um espaço legislativo da/na província constituiu-se em um imaginário de uma suposta autonomia em relação à legislação imperial. Com base no Ato Adicional de 1834, a formação da Assembleia da Província do Rio Grande do Sul foi instalada em 20 de abril de 1835, já dividida em embates políticos, tensões, conforme o recorte a seguir:

Em 20 de abril de 1835, em plena sessão de instalação da Assembleia Legislativa, o Deputado Bento Gonçalves da Silva é acusado pelo Presidente da Província de articular a separação do Rio Grande do Sul do restante do Império. Essa data é considerada o marco político da Revolução Farroupilha. De 20 de setembro de 1835, quando os farrapos tomam Porto Alegre, até 15 de junho de 1836, quando a perdem para os legalistas, somente comparecem à Assembleia Legislativa os Deputados favoráveis à rebelião. Em 1837, inverte-se a situação: somente os membros da Assembleia favoráveis ao Império participam dos trabalhos legislativos. (Lei de 15 de outubro de 1827, *negritos nossos*)

Na formação inicial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Coruja era membro suplente entre os deputados e um dos liberais (farrapos) que apoiava o deputado Bento

Gonçalves da Silva. A era de conflitos políticos, de 1835 a 1845, movimentou e dividiu a política rio-grandense. De um lado, inicialmente, estavam os legalistas (conservadores do poder imperial) apoiadores do presidente da província José Araujo Ribeiro, e, de outro lado, estavam os liberais farroupilhas, em apoio ao vice-presidente Marciano Ribeiro.

1.3. Compendio da grammatica da lingua nacional dedicada à mocidade rio-grandense por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja

No ano de 1835, o professor e político “farrapo” publicou o *Compendio da grammatica da lingua nacional* com o elemento constitutivo “dedicada á mocidade Rio-Grandense por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja”. O compêndio está em acordo com o decreto imperial de 1827, que determina o ensino da “grammatica da lingua nacional”, e o que nos chama a atenção é a predicação desse título, o elemento constitutivo. Nesse sentido, questionamos: quais os efeitos de sentido da predicação “dedicada á mocidade Rio-Grandense por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja” em relação a “Compendio Grammatica da Língua Nacional” nas condições em que a produção se inscreve na história do Rio Grande do Sul e na história do Brasil?

Como parte da questão, pontuamos que, no mês de dezembro de 1835, Coruja é chamado a assumir o lugar de deputado na Assembleia e toma posição em apoio ao vice-presidente Marciano Ribeiro. Segundo Giolo (2006, p. 407), é nesse momento que o vice-presidente sancionou a Lei 14, de 29 de dezembro de 1835, de autoria de Coruja na posição sujeito secretário e deputado, a qual “reorganizou o ensino primário e criou uma escola normal, destinada a habilitar pessoas ao magistério. A reorganização da instrução primária consistiu principalmente na sua divisão em três graus” (GILO, 2006, p. 407), como expostos a seguir:

- 1º grau: seguindo o método Lancaster, ensinaria a ler, escrever, as quatro operações e princípios morais e religiosos. Esse grau seria ministrado em todos os lugares onde a população pudesse oferecer, pelo menos, 24 alunos.

- 2º grau: ensinaria Gramática Nacional e Aritmética até as proporções e suas aplicações no comércio. Escolas desse grau seriam instaladas nas cidades e vilas mais convenientes.
- 3º grau: ensinaria Elementos de Geografia, Noções Gerais de Geometria Teórica e Prática e suas aplicações no Desenho Linear e Agrimensura. As escolas de 3º grau seriam estabelecidas em apenas quatro lugares da província.
- Escola Normal: seria instalada na capital. A duração do curso seria de dois anos e ensinaria aos alunos o que fosse necessário para o exercício das funções de professores primários.

As determinações da Lei 14 de 1835, segundo Giolo (2006), em grande parte não puderam ser implementadas em meio à instabilidade política rio-grandense. A escola normal apenas foi criada em 1870, e o ensino mútuo não mais constou dos documentos oficiais da província. Em dezembro de 1835, foi sancionada essa Lei 14 pelos “republicanos/liberais farroupilhas”, mas, seis meses depois, em 15 de junho de 1836, Porto Alegre é retomada pelo poder dos “legalistas”. Segundo Bastos (2006), nessa retomada, Coruja foi preso de junho a novembro de 1836, primeiro em um quartel, depois em um barco. Posteriormente em liberdade devido a perseguições políticas, ele parte com sua família para o Rio de Janeiro no início de 1837, cidade na qual tinha feito sua formação para exercer as atividades de professor público.

Na província do Rio Grande do Sul, em 1837, é reformulada a Lei 14. Esta, segundo Giolo (2006, p. 467), em vez de graus, é organizada em classes: “a primeira classe ensinaria Leitura e Escrita, Operações, Princípios Morais e Gramática; a segunda, Geometria Teórica e Prática; e a terceira, Geografia, Francês e Desenho”. De outro lado, no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1837, é inaugurado o Colégio Pedro II, com início das aulas em março de 1838. Segundo Dezerto (2013, p. 74), tendo a escola francesa como modelo, o Colégio Pedro II foi fundado como “uma instituição de ensino, voltada para as elites brasileiras que tinha por objetivo político ser um modelo e uma norma para os demais liceus provinciais e escolas particulares da corte”. Esse modelo de escola funciona como uma maneira

de instaurar uma unidade de/do ensino no Império frente à dispersão (divisão) produzida pelo Ato Adicional de 1834, com a criação das Assembleias nas províncias.

2. Os sentidos da produção do sujeito Antonio Alvares Pereira Coruja na história

No Rio de Janeiro, Coruja foi professor particular e autor de obras didáticas de referência. Em 1838, publicou o *Manual dos Estudantes de Latim* dedicado à mocidade brasileira, o qual, segundo Laytano (1981, p. 142), “foi adotado no Colégio Pedro II”. Também no referido ano, foi fundado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no qual, em 1839, Coruja foi admitido e ocupou a posição de tesoureiro ao longo de 20 anos. Em 1848, na posição sujeito autor, Coruja publica o *Compendio de Ortografia da Língua Nacional*, dedicado à Sua Majestade, o Sr. Dr. Pedro II. Em textos historiográficos, refere-se que esse último compêndio traz, junto ao título, a dedicatória, todavia, de uma edição do referido ano, a que tivemos acesso, não constava a predicação junto ao título. Por outro lado, havia um Brasão do Império no frontispício da obra. Nesse sentido, tomamos esses elementos constitutivos dos títulos de Coruja (título, predicação, cidade, ano, brasão) como objeto de nossa análise voltada para o ensino da língua nacional no século XIX.

O *Compendio da grammatica da lingua nacional* foi publicado em Porto Alegre, em 1835, reeditado em 1849, 1862, 1863, 1865, 1866, 1872, 1873, 1875, 1878, 1884, 1891⁶ e 1894 (GUIMARÃES, 2014; DIAS, 2012; MEDEIROS, 2017). Neste estudo, o título é entendido como um lugar de representação do saber e é determinado historicamente por elementos constitutivos que o colocam em relação com outros títulos do autor, com as leis que regem o ensino e com o processo de produção do conhecimento em certa ordem e época. O título funciona como um espaço em que o sentido pode sempre ser outro, pois ele é posto ao leitor como um frontispício que o traz de um movimento de fora, do suporte (obra, texto) para dentro (conhecimento/discurso) por uma relação de representação com o saber e os elementos constitutivos (autor, ano, editora, cidade etc.) em diferentes condições de produção. Em nossa proposta de compreender os efeitos de sentido da produção de Coruja em relação ao ensino da língua nacional, colocamos em análise o título do

⁶ Edição de nossa biblioteca pessoal.

compêndio gramatical de Coruja e seus elementos constitutivos em relação com o título de outras publicações – das quais as primeiras três são citadas (referências bibliográficas) como “dedicatórias”: à mocidade rio-grandense (1835), à mocidade brasileira (1838) e à Sua Majestade, o Sr. Dr. Pedro II (1848).

A primeira edição do *Compendio grammatica da língua nacional* foi publicada em Porto Alegre, em 1835, mas suas reedições foram publicadas no Rio de Janeiro. Pelo movimento editorial, podemos trazer à cena as condições de produção da obra, as cidades e o brasão do autor. Em circulação no Rio de Janeiro, temos a publicação com a designação: “Compendio Grammatica da Língua Nacional dedicada á mocidade Rio-grandense por seu patrício Antonio Alvares Pereira Coruja”. Nesse enunciado, temos “Compendio Grammatica da Língua Nacional” sendo predicado por “dedicada á mocidade Rio-grandense por seu patrício Antonio Alvares Pereira Coruja”. A relação de predicação está atribuindo sentidos a um lugar institucionalizado, o nome da publicação, ao passo que a predicação “dedicada á mocidade Rio-grandense por seu patrício Antonio Alvares Pereira Coruja” carrega em si outro lugar institucionalizado: o nome do autor, “Antonio Alvares Pereira Coruja”. No nome próprio do autor, “Coruja” funciona como elemento constitutivo da história de vida e passa a constituir uma referência na história dos manuais de ensino de língua no Brasil.

O nome do autor ocupa, no âmbito da circulação do conhecimento, um espaço legitimado, pelo qual Coruja, que não é nome jurídico de filiação familiar, constitui-se pelo movimento de passagem de uma alcunha (apelido) a sobrenome (quando passa a assinar como professor Coruja) e, posteriormente, a nome do autor, ao publicar os compêndios e lições para o ensino das primeiras letras.

O nome de autor Coruja, na produção para o ensino da língua nacional no Brasil, constitui-se como um acontecimento discursivo, definido por Pêcheux (1990) como o ponto de encontro de uma memória com a atualidade. A memória de um apelido (com suas contradições, versões, com a semelhança entre o físico do autor com a ave coruja ou suas práticas de leitura na iluminação do passeio público que também estão em relação às práticas dessa ave) produz deslocamentos de sentidos na atualidade: o de um sobrenome que se coloca em uma

deriva de sentidos do nome do autor; o Coruja (imagem autor), a Coruja (imagem ave). A Coruja na atualidade faz-se presente como um símbolo dos cursos de formação de professores.

Os sentidos de “coruja” postos podem ser significados em relação a conhecimento racional e atualizar-se na relação coruja/professor como aquele que representa o profissional detentor de um saber a ser ensinado à mocidade rio-grandense (1835) e, por conseguinte, à mocidade brasileira (1838). As práticas de ensino na posição sujeito professor público em relação com a atuação política constituem a posição sujeito autor de um compêndio gramatical em meio a um momento de intensos conflitos políticos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse momento, as posições sujeito Coruja aluno do professor “amansa-burros”; Coruja professor público; e Coruja político “farrapo” são atributivas e movimentam a posição sujeito autor de gramática língua. De outro lado, no Rio de Janeiro, temos a posição sujeito autor determinada por esses sentidos e pelos sentidos produzidos na posição sujeito professor particular, tesoureiro do IHGB e presidente de sociedades. Algumas produções⁷, nessa posição sujeito autor, trazem um brasão do autor em suas publicações com a imagem de uma coruja pousando sobre um escudo com as iniciais de Antonio Alvares Pereira Coruja (AAPC).

Figura 1: Brasão do frontispício da edição de 1878



⁷ *Lições da História do Brasil e Compendio Grammatica da Língua Nacional*, publicadas pela Typographia Esperança, em 1873. Algumas publicações de outros anos/tipografias trazem o brasão do império, e outras não.

No brasão, o escudo pode ser lido como a representação da realeza, do detentor de um conhecimento da língua e da história da Corte, constituindo um “símbolo” do professor do Brasil. Segundo Laytando (1981, p. 141), Coruja foi

conselheiro e também presidente da Imperial Sociedade, amante da instrução, cujo protetor era o próprio D. Pedro II. Desse modo, ler “*Compendio Grammatica da Lingua Nacional* dedicada á mocidade Rio-grandense por seu patrício Antonio Alvares Pereira Coruja”, publicado em 1835, em Porto Alegre, e reeditado no Rio de Janeiro como nova edição ampliada e mais correta é deslocar esse título a um espaço polêmico de leituras, pelos quais podemos conhecer a nossa história do Brasil, a da nossa língua e seu ensino. Saber como se fez para entender como se faz.

O verbo “dedicar” em relação ao nome mocidade, em determinadas condições de produção, em que o ensino despontava recentemente na província, produz efeitos de sentido de uma “preocupação” de Coruja, na posição sujeito autor de gramática da língua para com os jovens imersos em uma situação de conflitos e de uma instabilidade política no país. Já o nome “Rio-grandense”, que determina “mocidade” por uma relação de especificação, também é determinado por “seu patrício Antonio Alvares Pereira Coruja”. Nele é estabelecido uma relação de posse constituída pelo pronome possessivo “seu” e pelo nome “patrício”, que indica aquele que pertence à pátria rio-grandense.

Os nomes “Rio-grandense” e “Nacional” são classificados, na gramática de Coruja, como adjetivos, definidos da seguinte forma: “Adjectivo é o que qualifica ou determina a cousa ou pessoa indicada pelo substantivo; e por isso se divide em Qualificativo e Determinativo”.

Os adjetivos qualificativos dividem-se em: positivo, comparativo, superlativo, possessivo, pátrio e gentílico. Desses, recortamos as definições de adjetivos possessivo e pátrio: “*Possessivo* é o que indica possessão: como *Popular, Nacional, Imperial*” e “*Pátrio* é o que indica a pátria: como *Rio-Grandense, Fluminense, Pernambucano, Mineiro*”⁸.

Classificados entre os adjetivos qualificativos, temos “Nacional” e “Rio-Grandense”: o primeiro como adjetivo possessivo que indica possessão e o segundo como adjetivo pátrio que indica pátria. Nesse sentido, salientamos dois pontos. O primeiro ponto é a exemplificação de “Nacional” estar entre “Popular” e “Imperial”, não pertencendo nem a um nem a outro. A “grammatica da língua nacional” não é a

⁸Grifos do autor.

“grammatica da língua popular” nem a “grammatica da língua imperial”. O segundo ponto é a indicação de pátria como “Rio-grandense, Fluminense, Pernambucano, Mineiro”, em que não temos, por exemplo, “brasileira”, “portuguesa”, “espanhola”.

As exemplificações de Coruja produzem sentidos em relação não (tão somente) a um processo de descolonização entre europeus e americanos, mas a uma possível divisão de pertencimentos no próprio país, em que o Império sustenta um imaginário de unidade política. As condições de produção desse compêndio também são as da instauração da Assembleia Legislativa rio-grandense a partir do Ato Adicional de 1834. Essa é uma possível leitura, de um período que vai até 1937, na posição sujeito professor público, político farroupilha e prisioneiro em Porto Alegre.

Outras leituras são possíveis a partir de um segundo período que se inicia em 1838, no Rio de Janeiro. Os efeitos do processo de reedição desse Compendio também estão em relação com as publicações posteriores, quando já temos Coruja como autor de manuais didáticos no Rio de Janeiro, na Corte, em que o ensino se coloca como modelo para as províncias:

1838	<i>Manual dos Estudantes de Latim</i> dedicado à mocidade brasileira
1848	<i>Compendio de Ortografia da Lingua Nacional</i> dedicado à Sua Majestade, o Sr. Dr. Pedro II
1849 (reedição)	<i>Compendio Grammatica da Lingua Nacional</i> dedicada á mocidade Rio-grandense

Os efeitos de sentido dos títulos posteriores, nos quais temos a presença do possível adjetivo “brasileira” e da designação “sua majestade o Sr. Dr. Pedro II”, produzem sentidos outros em relação aos exemplos e ao adjetivo “Rio-Grandense” no Compendio. Poderíamos colocar uma ruptura com a posição sujeito “Rio-Grandense”. Todavia, na Corte, Coruja foi fundador e primeiro presidente da Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária⁹ em 1857. Também publicou compêndios e vocábulos ortográficos sobre o falar rio-grandense, no qual traz o seguinte verbete: “Gaúcho, s.m. índio do campo sem domicílio certo. Cavallo gaúcho é quase o mesmo que cavallo teatino, que não é permanente em parte alguma” (CORUJA, 1852 *apud* PETRI; SCHERER, 2013, p. 71).

⁹ Vídeo sobre a história de Coruja produzido por essa sociedade, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wfr4DwnBs6E>. Acesso em: 6 jul. 2016.

Considerações finais

Quando tomamos o conhecimento como discurso na história da produção do sujeito em questão, referido pelo nome de autor Antonio Alvares Pereira Coruja, temos uma dispersão de posições sujeito constitutivas da história do Brasil e suas políticas públicas voltadas ao ensino de língua. Uma história dividida, em que, pela língua, se materializam os equívocos sobre uma língua e seu ensino, determinados por efeitos de evidência. De um lado, temos a produção de sentidos de que a língua do Brasil tem uma unidade nacional, é a língua Império, da Corte, do Príncipe de Portugal. De outro lado, os sentidos de língua nacional são determinados pelos de pátria em relação às províncias em diferentes conflitos com o Império, trazendo à baila certa diversidade linguística brasileira. Uma diversidade que vai de encontro ao diferente de Portugal, a sentidos dominantes de um processo de “colonização linguística” (MARIANI, 2004) que restam de uma língua do outro lado do Atlântico, mas que se fazem presentes na nossa memória social.

Na pesquisa em história das ideias linguísticas, buscamos compreender como esses discursos sobre a língua nacional e o seu ensino, as disputas e as tensões no processo de produção do conhecimento - na divisão de sentidos - são instituídos em políticas linguísticas, produzindo um efeito de unidade. Diferente das políticas linguísticas as quais vêm a legislar e podem ser tomadas como discursos em análise, produzidos em diferentes posições sujeito na sociedade, o que coloca em cena a contradição constitutiva desses discursos. Não há língua sem esse funcionamento do político nas práticas cotidianas, na história. É preciso termos a responsabilidade ética e política de compreender que o sentido sempre pode ser outro e que há acontecimentos que demandam interpretação, pois é pelo conhecimento de como se fez o ensino sobre a língua no Brasil que podemos compreender como se faz e como se pode e se deve fazer esse ensino na atualidade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C. A escola e o ensino em Porto Alegre/RS: Antigualhas do professor Coruja. *IV Congresso Internacional de Educação: A Educação nas fronteiras do Humano*. v. 1. São Leopoldo, RS: Unisinos Publicações Científicas, 2006. p. 1-15.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, PR: Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). v. 11, p. 169-195, 2006.

CORUJA, A. A. P. *Compendio Grammatica da Lingua Nacional*. Dedicada á mocidade rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1873 [1835].

_____. *Compendio Grammatica da Lingua Nacional: dedicada á mocidade rio-grandense*. Novissima Edição ampliada e mais correcta. Rio de Janeiro: Livraria clássica de Alves & C, 1891 [1835].

DEZERTO, F. B. *Francês e Colégio Pedro II: um processo de construção de um campo disciplinar escolar (de 1838 a 1945)*. 2013. 222f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, Rio de Janeiro, 2013.

DIAS, J. P. *Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico: a definição do nome gramática*. 2012. 245f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

DIAS, L. F. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da Língua Nacional*. Campinas, SP: Editora Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

FONSECA, R. O. *A interdição discursiva: o caso da conjuração baiana de 1798 e outros limites à participação popular na história política brasileira*. 2012. 264f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

GILO, J. A instrução. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; PICCOLO, H.; PADOIN, M. (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2.

GUIMARÃES, E. Instruments linguistiques et langue nationale: un événement au Brésil au XIXe siècle. In: ARCHIMBAULT, S.; FOURNIER, J.-M.; RABY, V. (org.). *Penser l'histoire des savoirs linguistiques. Hommage à Sylvain Auroux*. Coleção Langages. Lyon: ENS Éditions, 2014.

LAYTANO, D. de. *O linguajar do gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico (impresso). *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, p. 55-72, 2003.

_____. *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Nome próprio e constituição do sujeito. *Letras (UFSM)*, Santa Maria, RS: PPGL, v. 48, p. 131-143, 2014.

MEDEIROS, J. B. de. Um estudo descritivo-analítico do *Compêndio da Grammatica da Lingua Nacional de Antonio Alvares Pereira Coruja*. 2017. 138f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. São Paulo, São Paulo, 2017.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. La formation d'un espace de production linguistique: la Grammaire au Brésil. *Langages. L'hyperlangue brésilienne*, v. 32, n. 130, 1998. p. 8-27.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed da Unicamp, 2008 [1990].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. ; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1969].

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 5. ed., Campinas, SP: Pontes, 2008 [1988].

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1982].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi; Lourenço Chachon Jurado Filho; Manoel Luiz Gonçalves Corrêa; Silvana Mabel Serrani. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PETRI, V.; SCHERER, A. Os homens que Compraram Madrugadas... Pereira Coruja e Walter Spalding na História do falar gaúcho. In: MASSMANN, D.; COSTA, G. (org). *Linguagem e historicidade*. Coleção Linguagem & Sociedade. Campinas, SP: RG Editora, 2013.

XAVIER, I. C. O projeto de instrução pública da república rio-grandense (1836-1845). *Revista Didática Sistêmica*, v. 8, p. 281 - 294, jul./dez. 2008.

OUTRAS REFERÊNCIAS

O primeiro cliente - Caixa 150 anos. *Uma história escrita por todos os brasileiros*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VS9I_I5kFHg. Acesso em 17 jul 2016.

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 17 jul. 2016.

Antônio Álvares Pereira Coruja e o CTG - *Renove Filmes*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wfr4DwnBs6E>. Acesso em 6 jul 2016.

Abstract

19th Century's Teaching of National Language and the Constitution of Brazilian Grammar: Antonio Alvares Pereira Coruja's production

The objective of this study is to understand how the different subject positions taken by the author of Grammatica da Língua Nacional, Antonio Alvares Pereira Coruja produce different meanings on the national language and his teaching, in the midst of the disputes and tensions in the process of production of knowledge and of language policies. Affiliated with Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1975, 1982; ORLANDI, 1998, 2002; MARIANI, 2003, 2004), the study brings contributions to research in the history of ideas of language in Brazil, focused on the theme of the grammatization process of Brazil in the 19th century on the relation sustained Language-State-Brazilian nation.

Keywords: *discourse ; language ; subject position ; grammar; Coruja.*